



A POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NA MIRA DO GOLPE

Jamerson Raniere Monteiro de Souza
Universidade Federal da Paraíba

Resumo

Este artigo apresenta os principais marcos políticos e institucionais das mudanças ocorridas na da legislação agrária nos últimos anos que atingem principalmente a Reforma Agrária e a função social da terra. Vivemos tempos conturbados e de apreensão social com o desmonte dos principais órgãos e políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. No campo, aumentam as violências contra os trabalhadores e lideranças configurando massacres, assassinatos, despejos e prisões. A Reforma Agrária, por outro lado, em parte representada pela política de criação de assentamentos, está paralisada desde 2015. As forças (poderes) atuais que empreendem tais mudanças e retrocesso político, em nossa avaliação resultam e personificam as contradições da grave crise política e institucional e do pacto que sustenta o atual governo. No centro das discussões deste estudo está a extensão da MP 759/2016 e a Lei 13.465 de 2017 que, no conjunto alterou mais de uma dezena de leis distintas. As mudanças na legislação visam assegurar a titulação, tanto de terras urbanas como rurais, condições para as transações de terras no mercado, além de causar a reconcentração fundiária e dificultar a realização da Reforma Agrária (e Urbana).

Palavras-chave: PAA. Golpe. Agricultura Camponesa.

LA POLÍTICA DE ADQUISICIÓN DE ALIMENTOS EN LA MIRA DEL GOLPE

Resumen

La política de adquisición de alimentos brasileña se viene traduciendo a lo largo del tiempo en una experiencia positiva en lo que se refiere al fortalecimiento de la agricultura campesina y la mejora de la calidad de la alimentación de personas en situación de vulnerabilidad. Esta importancia viene siendo discutida por diversos autores que han evaluado positivamente esta acción. Las evaluaciones apuntan a una serie de mejoras materiales para los campesinos, como por ejemplo: ampliación de la renta; disminución de los intermediarios; planificación; infraestructura; incentivos a la agroecología y al asociativismo; y etc. Además, permite identificar una serie de contribuciones subjetivas como: cómo el cambio del tipo de política pública por parte del Estado en detrimento de la política crediticia, por la mayor implicación de los sujetos sociales en la formulación y ejecución de la política, entre otros. Sin embargo, a partir del golpe instalado en Brasil - del gobierno Michel Temer-, período post 2016, esta política pública ha

sido objeto de gigantescos ataques presupuestarios que amenazan con extinguir los avances traídos por ella, dejando preocupadas a millones de personas en situación de vulnerabilidad. De este modo, este ensayo pretende discutir brevemente la coyuntura del ataque a la política de adquisición de alimentos que aún se encuentra en fase de desarrollo. El artículo trae consigo una breve revisión bibliográfica que permite reconocer la importancia de esta política, datos cuantitativos sobre los voluminosos recortes de presupuesto y un análisis de coyuntura sobre el momento político actual.

Palabras-clave: PAA. Golpe. Agricultura campesina.

INTRODUÇÃO

Preterida historicamente pelo Estado brasileiro, a agricultura camponesa se vale da pressão dos movimentos sociais organizados, que tem, também historicamente, agido como força política importante, exigindo ações que construam melhores condições para os pequenos produtores, não destruindo o seu modo de vida, nem os subordinando, por completo, aos interesses do grande capital. Assim, lutam por políticas que se destinem a proporcionar maior autonomia para estas populações, para que possam se reproduzir em situação mais equânimes de renda. Entretanto, o Estado brasileiro age de forma a reprimilas, deturpando-as e conformando interesses. Na verdade, este responde as pressões com o assistencialismo de “remédios” paliativos que reforçam a tendência histórica de comprometimento com o capital e manutenção do *status quo*. Como no caso da burocrática e acovardada distribuição de terras do atual Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e do produtivismo ineficaz do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Mais recentemente, com a presidência da república nas mãos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), onde também se imaginava uma maior abertura a Reforma Agrária, o governo respondeu as pressões com uma política de aquisição de alimentos através do fortalecimento e ampliação do mercado institucional. A política de aquisição de alimentos, assim cunhada por nós, se refere a adoção por parte do Estado de ações que visam comprar alimentos diretamente da agricultura camponesa, garantindo aos pequenos produtores a compra de parte da sua produção com vistas a melhorar a qualidade da alimentação da população em situação de vulnerabilidade e da merenda escolar. Duas políticas se destacam quanto a este aspecto:

- a) O PAA (Programa de Aquisição de Alimentos); criado em 2003 pelo governo federal, através da lei 10.696/2003:

Art. 19. Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança

alimentar e à formação de estoques estratégicos. (Regulamento)

§ 1o Os recursos arrecadados com a venda de estoques estratégicos formados nos termos deste artigo serão destinados integralmente às ações de combate à fome e à promoção da segurança alimentar.

§ 2o O Programa de que trata o caput será destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, ficando dispensada a licitação para essa aquisição desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais.

§ 3o O Poder Executivo constituirá Grupo Gestor, formado por representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Fazenda; do Planejamento, Orçamento e Gestão; e do Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, para a operacionalização do Programa de que trata o caput.

§ 4o A aquisição de produtos na forma do caput somente poderá ser feita nos limites das disponibilidades orçamentárias e financeiras.

- b) E também o PNAEⁱ (Programa Nacional da Alimentação Escolar) que existe desde 1955, mas determinou através da Lei 11.947/2009 que:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Estas políticas públicas movimentaram, de alguma forma, a posição dos sujeitos sociais envolvidos quanto as suas territorialidades através da comercialização, dando-lhes vantagens diferenciadas. E, portanto, passa a ser inegável o fato de que houve uma mudança considerável no campo, principalmente no Nordeste brasileiro. Sob o berço de um ambiente mais democrático de formulação, assentado na participação de diversas entidades e movimentos camponeses, a ampliação do mercado institucional garantiu: um canal de comercialização alternativo aos atravessadoresⁱⁱ, melhores preços que o mercado, possibilidades de planejamento, incentivo ao associativismo e a agroecologia e etc. Dando-lhes assim, formas de poder diferenciada que repercutem fundamentalmente na produção camponesa e na sua própria reprodução. Além disso, pode-se falar não

apenas em contribuições materiais para o campesinato, mas de contribuições profundamente subjetivas, sobretudo, porque inaugura uma nova forma de pensar o papel do Estado em garantir a compra de parte da produção dos camponeses e ao mesmo tempo a alimentação de um número significativo de pessoas em situação de vulnerabilidade. Contrariando, portanto, a política creditícia predominante até então. Por conseguinte, permite-se concluir a importância parcelar, mas predominantemente positiva, dessa política pública que agora tende a desaparecer, dificultando a reprodução camponesa no Brasil, principalmente na região Nordeste.

Juntamente com o golpe de Estado de 2016 observam-se grandes mudanças no cenário político e econômico do Brasil e mundial. Aponta-se tempos difíceis para a agricultura camponesa. Não há como prever os precedentes gerados pelo levante de uma nova onda conservadora no mundo, e conseqüentemente, sob a ruptura democrática registrada no ano de 2016. O que se sabe até então é que muitos dos direitos e conquistas adquiridos nos últimos anos, construídos sob a égide da luta incansável dos movimentos sociais, estão sendo retirados de forma rápida e sorrateira, sob alegações vãs e notadamente controversas. Os rebatimentos desta situação têm influenciado significativamente na perda de representação política, o que provoca a fragilização e a deterioração das conquistas sociais. Com efeito, caminhos e possibilidades sugeridos por políticas públicas tomados nos últimos anos estão sendo desfeitos, o que provocará, certamente, retrocessos.

Avaliações sobre a importância do PAA

Desde o surgimento do Programa de Aquisição de Alimentos houve diversas avaliações sobre o mesmo nos mais diversos lugares do Brasil. Alguns destes trabalhos merecem destaque, embora a maioria deles se baseie em uma concepção mercadológica, assumindo o paradigma do capitalismo agrário. Estes trabalhos demonstram os efeitos positivos do programa para os agricultores familiares.

Em Delgado, Conceição e Oliveira (2005, 2015), é feita uma avaliação formal do programa. Os autores destacam a recuperação dos preços das mercadorias que beneficiam tanto os produtores diretos como os benefícios indiretos daí decorrentes.

Um aspecto que muitas vezes não é considerado nas análises sobre o Programa de Aquisição de Alimentos – além do apoio à produção para o autoconsumo, do excedente para comercialização e do subsídio ao consumo – são os benefícios indiretos advindos da recuperação dos preços recebidos pelos produtores. Isso tem ocorrido tanto nos locais de abrangência dos polos de compra da Conab quanto nos demais, onde são realizadas as compras institucionais através dos convênios firmados pelo MDS com os estados e as prefeituras municipais. Há casos em que o simples anúncio da compra pública de determinada quantidade de produto é suficiente

para elevar os preços agropecuários. (DELGADO, CONCEIÇÃO e OLIVEIRA, 2005, p. 18).

Para Miller (2007), a agricultura familiar encontra no governo Lula um novo redirecionamento. A autora destaca uma característica diferente do PAA em relação ao PRONAF. Isto é, para a implantação do PAA houve uma discussão mais lenta e mais aprofundada entre pesquisadores, políticos e movimentos sociais. Essa composição resultou em um programa que inter-relaciona agricultura familiar, abastecimento e segurança alimentar.

O PAA traz elementos em sua concepção que apontam para um redirecionamento do entendimento sobre o papel que a agricultura familiar exerce no desenvolvimento da sociedade brasileira, principalmente nas perspectivas de desenvolvimento mais equitativo, com a incorporação de setores excluídos da economia e com a valorização dos agricultores familiares enquanto atores. O acompanhamento da evolução destes temas na esfera de debates sobre políticas públicas e mesmo de estratégias de desenvolvimento se faz necessário, para que as opções sejam feitas de maneira consciente e consequente. (MULLER, 2007, p. 119).

De fato, o governo Lula abriu portas para que alguns movimentos sociais que estiveram tradicionalmente fora do governo pudessem participar dos debates em torno das políticas públicas. Foi a permeabilidade do governo brasileiro nesse momento que permitiu maior integração entre sociedade civil e Estado para se estabelecer as relações necessárias para novas roupagens nas políticas públicas.

Zimmermann e Ferreira (2008) fazem uma avaliação sobre os resultados do PAA, em Mirandiba - PE, e sublinha dentre os aspectos positivos do programa, a melhoria na qualidade de vida da população local:

Los resultados y evaluaciones del PAA indican que el programa ha tenido incidencia en la alteración de la matriz productiva y del consumo de la agricultura familiar menos capitalizada, bien como en la matriz del consumo de las entidades beneficiadas con las donaciones. Esto se debe a que muchos agricultores pasaron a darle valor/producir productos locales, aumentaron sus ingresos, calificaron su producción y el consumo doméstico al incorporar frutas y hortalizas a la dieta familiar. Los beneficios en términos del consumo también abarcaron a las entidades beneficiadas por los donativos, lo que resultó en una alimentación más saludable para la población victimizada por la inseguridad alimentaria. Los datos estudiados muestran que el programa arroja resultados numéricos significativos en recursos invertidos, así como en beneficiarios directos e indirectos. (ZIMMERMANN e FERREIRA, 2008, p. 38).

Para as autoras, no município, houve toda uma mudança da estrutura produtiva e do consumo dos produtores da agricultura familiar. Estes benefícios foram estendidos para os consumidores. Para elas, o maior benefício está na qualidade da alimentação, pois foi introduzida no cardápio uma maior quantidade de frutas e hortaliças. Essa conjectura tende a fortalecer a segurança alimentar que é um dos principais objetivos do programa.

Para Lauro Mattei (2015), um dos principais estudiosos do PAA, dentre outros benefícios, o programa ajuda o agricultor duplamente: oferecer preços superiores aos de mercado e em manter um preço fixo.

Neste sentido, um dos aspectos mais citados pelos agricultores e suas organizações foi a possibilidade de organizar e planejar parte da produção a partir de uma lógica local, ou seja, a demanda dos mercados locais foi considerada um importante fator de estímulo à produção de vários tipos de alimentos que não estavam sendo priorizados no plano de atividades das unidades de produção. Paralelamente a isto, os agricultores passaram a ter um compromisso relativo à periodicidade de fornecimento dos alimentos às entidades credenciadas pelas coordenações locais, fato que os obriga a adotar uma estratégia clara em relação ao processo produtivo. [...] Outro ponto relevante diz respeito ao processo de definição dos preços dos produtos agropecuários, que possibilitou o estabelecimento de um preço “mais justo”, segundo a interpretação da maioria dos entrevistados. Este aspecto é essencial, especialmente para aqueles segmentos de agricultores mais vulneráveis e que geralmente têm pouco poder de barganha para defender melhores preços aos seus produtos quando conseguem se inserir nos mercados locais e regionais (MATTEI, 2015, p. 6).

Segundo o autor, surge a possibilidade de planejamento da produção em escala local. Os agricultores familiares garantem a periodicidade de suas vendas de alimentos. Isso alavancou inclusive a produção de outros alimentos que sequer estavam na matriz produtiva destes municípios. Além disso, estes agricultores são beneficiados por preços “mais justos”. Neste caso, este programa além de uma política agrícola também se justifica como política social, por fornecer uma renda a estes pequenos produtores.

Doretto e Michellon (2014) fazem uma análise dos resultados do programa no estado do Paraná. Eles ressaltam o aumento da rede de fornecimentos do PAA. O que gera para o pequeno produtor mais opções de mercado, conseqüentemente.

O Programa tem sido excelente para fortalecer a agricultura familiar e atender a demanda de escolas, creches, hospitais e outros que necessitam de alimentos saudáveis e em quantidade para o pleno desenvolvimento de suas funções

acadêmicas e físicas. Vale ressaltar que o tempo de deslocamento (ida e volta) das crianças da área rural até a escola é grande, aliada à baixa condição de vida das famílias, logo, é justo servir merenda de qualidade, principalmente porque boa parte delas tem no período de permanência na escola o maior suprimento alimentar diário. (DORETTO e MICHELLON, 2014, p. 135).

Dentre vários benefícios destacados pelos autores, as escolas são favorecidas com o Programa. Crianças que, em alguns lugares do Brasil, levam muito tempo para chegar ao seu lugar de estudo e dependem dessa alimentação, podem ter acesso a comida de qualidade. Estas crianças muitas vezes tem a merenda escolar como fundamental para suportar a jornada diária.

Nascimento Neto (2012) fez uma avaliação sobre o PAA, no município de Lagoa Seca-PB, tendo como pressuposto o desenvolvimento regional.

É perceptível que existem várias deficiências nas unidades familiares estudadas, pois carecem de necessidades básicas para a realização do trabalho e da produção como esterco, mão de obra e insumos, etc. O PAA não resolve todas essas deficiências, mas, segundo os agricultores, ele resulta em um auxílio satisfatório; até pela situação de vulnerabilidade econômica em que eles se encontram, qualquer impacto financeiro, mesmo não representando muito será sempre quantificado como acréscimo na renda. (NASCIMENTO NETO, 2012, p. 130).

Ele conclui que o PAA é um auxílio pequeno, mas que responde satisfatoriamente ao acréscimo da renda dos pequenos produtores. Ele destaca, dentre outros fatores, o fato dos agricultores fornecedores estarem em situação tal de vulnerabilidade que qualquer auxílio financeiro seria positivo. Nesse sentido, ele observa as carências produtivas das plantações e a falta de capitalização dos produtores.

Vieira e Viana (2014), em uma pesquisa mais ampla realizada em praticamente todos os estados do Brasil constatam diversos avanços, dentre eles a tendência à diminuição do fluxo de pessoas para grandes cidades.

O PAA pode estar influenciando os agricultores a alterarem suas estratégias de trabalho e alocação dos recursos financeiros e humanos. Segundo suas respostas nas oficinas de documentação do PAA, os agricultores têm se voltado à produção agrícola, deixando de migrar para a cidade. (VIEIRA e VIANA, 2014, p. 8).

As autoras tentam fazer uma conexão entre o programa e o modo de funcionamento da agricultura familiar. Segundo as mesmas, o programa tem evitado o êxodo rural e tem incentivado que o agricultor continue produzindo, mesmo aqueles que já haviam deixado a atividade. Percebe-se que essa tendência se repete nos estudos de Grisa et al. (2011, 2015) e Andrade Júnior (2009).

Souza (2015) estudou o processo de resistência e recriação camponesa a partir do PAA e concluiu que: com relação à comercialização no geral, o programa possibilitou ao camponês uma ampliação do mercado consumidor, dando a ele mais opções de canais de comercialização. Os contemplados pela política pública se distanciam dos demais, pois há uma configuração diferenciada em relação àqueles que não são contemplados. De todo modo, os recursos que são adquiridos pelo fornecimento dos produtos ao programa se configuram numa ajuda interessante, mesmo ainda não se mostrando suficiente para manter a unidade produtiva. Por isso, interessa que se melhorem as condições estruturais da produção camponesa, dando-lhes melhores condições de trabalho e oportunidades, inclusive por parte do Estado. Mas, claro, sem destruir todo um modo de vida que historicamente não obedeceu aos ditames do capitalismo e sobreviveu até os dias atuais, adaptando-se.

É importante destacar que as condições estruturais da organização da agricultura camponesa no Brasil estão longe de serem consideradas exemplares, em termos de uma distribuição mais equânime da renda e, conseqüentemente, de acesso à melhor qualidade de vida dessas populações. Já que fatores tanto de ordem econômica, quanto social e natural afetam essas condições estruturais. Historicamente as terras ocupadas por esse segmento produtivo foram as marginais aos sistemas produtivos dominantes e explorados por produtores de mais baixo nível educacional e de poder aquisitivo. (WANDERLEY, 1979).

Embora sendo extremamente importante ao combater o problema da comercialização, sabe-se, portanto, que esta política não respondeu satisfatoriamente a outros conhecidos problemas centrais do campo brasileiro. Não diminuiu, por exemplo, a desigualdade fundiária com uma política eficaz de reforma agrária. Nem mesmo, a violência da fronteira agrícola sobre os povos tradicionais; a grilagem; o trabalho escravo; nem a degradação ambiental; a estrangeirização; a caça, o desmatamento e o garimpo predatórios; dentre outros. No entanto, se faz necessário responder duas perguntas: 1- Por que a política de Aquisição de Alimentos teve esse efeito importante? 2- Ela representa um problema e deve ser extinta?

A resposta para a primeira pergunta é porque embora não resolvendo outros problemas centrais do campo brasileiro, ela representou um avanço importantíssimo em relação as ações tomadas pelos governos anteriores, que investiram de forma seletiva e equivocada na política creditícia, gerando enormes problemas, sobretudo, para os agricultores nordestinos. Já na segunda questão, entende-se que a política de aquisição de alimento não representa o problema, porque não se trata de um caso semelhante como a tão conhecida parábola da vaca no precipícioⁱⁱⁱ. Entende-se que a política de aquisição de alimentos é

extremamente importante, principalmente se for uma ação auxiliar de uma política de reforma agrária profunda e verdadeira que modifique substancialmente a estrutura fundiária brasileira. Por isso, o campesinato tão explorado e tensionado atualmente, se vê na obrigação de lutar por esta e por qualquer que seja a contribuição que represente um avanço para a sua reprodução.

O Contexto do Golpe

As pressões dos setores mais conservadores do campo, sobretudo, dos que defendem os interesses da hegemonia do agronegócio e que tem ampla representatividade política, foram fundamentais para a ruptura da ordem democrática e para a construção de um golpe que movimentou diversos setores da direita brasileira. E esse acontecimento provocou um horizonte perverso por desvendar, para começar, no anúncio de vultosos cortes de orçamento para a agricultura camponesa, alteração de leis importantes, políticas públicas e ministérios extintos e perseguições/criminalização sendo anunciadas. Além disso, passaram a ser votadas grandes pautas que estavam engavetadas há vários anos por representar alto teor de perversidade, como as grandes reformas no campo trabalhista e previdenciário que só prejudicarão a parte mais frágil da população. Nesse contexto de perda de representação política, a esquerda agrária se viu na responsabilidade de lutar para não perder aqueles que seriam “avanços^{iv}” dos governos petistas.

Desde que assumiu o poder o governo Michel Temer tem tentado esvaziar estas políticas públicas, para começar ele conseguiu aprovar a conturbada PEC 55/2016 conhecida como PEC do Teto. Congelando o teto de gastos em despesas primárias como: saúde, educação, segurança e etc. por 20 anos, sendo o teto corrigido anualmente apenas pela inflação (IPCA). Na prática esta ação limita os investimentos em áreas consideradas essenciais para o desenvolvimento do país, contribuindo para a precarização dos serviços e ampliação dos retornos financeiros para as redes privadas.

Na agricultura, o presidente Temer, a partir de vultosos cortes orçamentários, vem fazendo com que uma das suas principais vítimas seja o PAA. Para não se desgastar mais ainda, - os índices de rejeição beiram os 90% segundo os principais órgãos de pesquisa - perante a opinião pública, a estratégia formulada é não extinguir sumariamente a política mas ir diminuindo paulatinamente os recursos de sustentação até que o PAA morra de inanição. Deste modo, Temer compromete uma política pública que vinha se mostrando extremamente estratégica para a redução da pobreza, para o fortalecimento da agricultura camponesa e para a alimentação de um grande contingente de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Quadro 1: Evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2017 (SEAD e MDS)

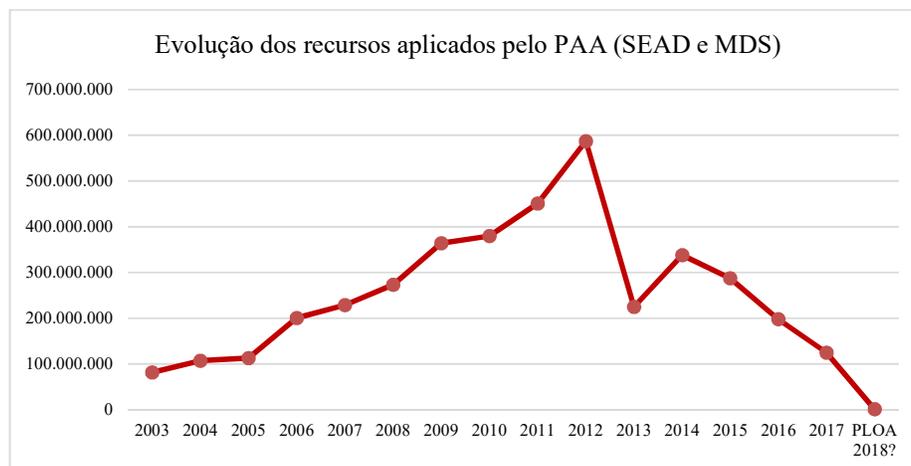
Ano	Valor (R\$)					Total
	Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
2003	12.238.974	31.672.408	12.386.912	7.603.665	17.639.249	81.541.207
2004	3.386.094	42.307.978	28.391.528	8.903.396	24.196.831	107.185.826
2005	5.538.352	34.745.917	16.149.222	13.876.678	42.481.492	112.791.660
2006	10.045.899	54.857.717	17.812.507	32.440.707	85.510.564	200.667.394
2007	8.706.953	56.116.343	18.799.859	42.080.968	102.648.840	228.352.963
2008	9.893.516	80.838.353	15.679.112	73.486.284	93.032.175	272.929.439
2009	13.225.303	102.830.480	15.549.939	78.842.348	153.516.158	363.964.228
2010	21.400.943	121.858.906	28.348.787	79.151.714	128.975.115	379.735.466
2011	32.025.103	153.674.198	29.386.137	111.741.509	124.209.257	451.036.204
2012	43.282.942	154.904.344	36.045.217	131.776.716	220.557.912	586.567.131
2013	24.075.247	66.487.273	22.938.796	67.812.376	43.203.433	224.517.124
2014	31.155.531	79.992.989	37.860.917	128.709.065	60.286.440	338.004.942
2015	29.589.161	92.549.198	33.399.258	77.902.561	54.075.037	287.515.216
2016	17.187.827	88.470.743	27.873.958	41.313.390	22.730.799	197.576.718
2017	8.358.337	48.870.701	20.628.993	19.664.592	26.705.879	124.708.502
Total	270.610.181	1.210.177.548	361.251.143	915.285.968	1.199.769.182	3.957.094.022

Fonte: Conab

Segundo a Conab, no auge do programa em 2012, o governo chegou a liberar R\$ 586 milhões para a compra de alimentos pelo PAA. Em 2017 no início do governo Temer as reduções já tinham sido gigantescas, os recursos aplicados na aquisição de alimentos ficaram na casa de 190 milhões. Já para 2018 o programa vinha sendo duramente ameaçado, o poder executivo vem tentando reduzi-lo a valores ínfimos, inicialmente a proposta era de R\$ 4 milhões, entretanto, o auge do problema foi no mês de agosto de 2017 quando o governo mandou para a Comissão de Agricultura da Câmara e do Senado a PLOA/2018 que tinha uma proposta de corte de 99,8% no orçamento da política, restringindo o orçamento a R\$ 750 mil. Os ataques do executivo ao PAA, só não colocaram fim na política porque encontrou forte rejeição dentro os órgãos de representação da agricultura camponesa, cooperativas, membros da sociedade civil, do Ministério de Desenvolvimento Social-MDS e da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário-Sead. Estas intervenções, entretanto, não recuperaram os valores do governo petista, deixando o orçamento próximo do que havia sido feito ano passado.

O processo de destruição desta política vem preocupando, de maneira geral, um grande contingente de famílias camponesas que passaram a complementar suas rendas a partir da política de aquisição de alimentos em todo território nacional. O governo Temer lança pistas que não descansará enquanto não por fim na série de avanços alcançada pelos governos petistas na comercialização da agricultura camponesa. Estes ataques escancaram a estratégia deste governo ilegítimo no seu compromisso de privatização da natureza, desmonte do Estado, precarização de direitos e despreocupação com os povos tradicionais.

Gráfico 1: Comparação entre a evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos e o PLOA/2018 apresentado em agosto de 2017.



Fonte: Conab

Segundo o *Portal Gazetaweb.com*, vinculado ao portal de notícias G1 (2018), fez um levantamento das áreas mais atingidas pelo orçamento de 2018. São elas: a agricultura familiar (-35,4%), a reforma agrária (-28%), o bolsa família (-3,6%), a cultura (-15%), as políticas para mulheres (-52,6%), a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes (-22%), o direitos das pessoas com deficiência (-44,2%), e os povos indígenas (-4,2%), dentre outras. Todos estes cortes apontam para uma redução drástica da participação do Estado na mediação de demandas sociais extremamente importantes na vida cotidiana do país. Os cortes apontam apenas para um norte, para a precarização da vida daqueles que mais precisam.

O golpe de Estado brasileiro está ligado, por sua vez, a uma série de ataques à democracia no âmbito internacional desde a grande crise do capital de 2008, com certo auge em 2012. Na verdade entende-se o próprio golpe como um grande reflexo desta crise do capital internacional, que tem provocado uma onda neoconservadora, gerando por sua vez um levante de governos de direita em todo o mundo. Associados com as grandes corporações e com o capital internacional, estes governos provocarão retrocessos em demandas sociais e particularmente no mundo subdesenvolvido a retirada de direitos adquiridos pelos povos tradicionais e o entreguismo mais acelerado da natureza pelas elites locais. Por isso, as políticas para a pequena produção camponesa estão na mira do governo golpista para ser abatidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de aquisição de alimentos tem demonstrado ser uma experiência exitosa e estratégica para a soberania alimentar do Brasil e desenvolvimento nacional. A política que tem como alvo a ampliação do mercado institucional com vistas a melhorar a comercialização da agricultura camponesa, através da compra

direta, tem sido elogiada por diversos pesquisadores de distintos campos do conhecimento. Entretanto, apesar desta política ser alvo de reconhecimento nacional e internacional, após o golpe do governo Temer, severos ataques ao PAA foram tramados nos porões de Brasília. São vultosos os cortes que tentam extinguir e inviabilizar as ações e avanços que tinham norteado a agricultura camponesa nos governos anteriores.

O golpe registrado em 2016, nos parece ser mais um reflexo da crise internacional do capitalismo, que desde então vem provocando o levante de governos conservadores no mundo todo, de diversas formas. Estes governos tem provocado um corte gigantesco de orçamento em políticas públicas que se destinavam a prover grandes passivos da sociedade, principalmente no mundo subdesenvolvido ou “emergente”. Os cortes no PAA, desde que o presidente Temer assumiu é uma afronta gigantesca a agricultura camponesa brasileira. Entretanto, ela parece ser parte de um fenômeno muito maior, que tem como finalidade destruir qualquer barreira que impeça o capital de ampliar-se, mesmo em tempos de crise.

Alguns autores tem colocado em debate a presença mais efetiva da sociedade civil em novas arenas, como no espaço de formulação de políticas públicas que se encontra atualmente dominado pela chamada bancada ruralista que legisla em sua própria causa. Deste modo, resta a sociedade civil lutar de forma organizada para defender as suas conquistas sociais, que tinham sido cristalizadas por hercúleo esforço e que agora estão se deteriorando por força dos rebatimentos desta conjuntura. Apesar de todos os aspectos negativos do cenário construído para esse início de século, parece existir novas ferramentas de articulação de massas. Diante disso, é preciso aproveitá-las, resignificando-as para novas formas de luta, como a de aspecto político dentro das casas legislativas, ou seja, novas formas de fazer política, novas formas de ação parlamentar. É preciso, pois, repensar essas novas estratégias e se refazer politicamente para que não se aniquilem os caminhos e possibilidades surgidas nos últimos anos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE JÚNIOR, Remy Corrêa de. *O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA) no planalto norte do estado de Santa Catarina: o caso da Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores de Mafra (COOARPA)*. Cadernos do CEOM – Ano 22 n. 30 – Políticas públicas: memórias e experiências, 2009.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Compêndio de Estudos Conab*. Companhia Nacional de Abastecimento. v. 1- Brasília: Conab, 2016.

DELGADO, G.D; CONCEIÇÃO, J.C.P.R.; OLIVEIRA, J.J; *Avaliação do programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)*. (Texto para discussão). Brasília, IPEA, 2005.

_____. *Relatório de avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)*. Disponível em: <http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewFile/9/7>. Acesso em 01 de fevereiro de 2015.

DORETTO, Moacyr. MICHELLON, Ednaldo. Avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná. Disponível em http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/aval_impact_econo.pdf. Acesso em 21 de janeiro de 2014.

GAZETAWEB.COM. Bolsa Família deve ter corte de R\$1,7 bilhão em 2018; veja áreas atingidas. Disponível em: http://gazetaweb.globo.com/porta1/noticia/2017/11/_43315.php. Acesso em 5 de abril de 2018.

GRIZA, Cátia. [et. Al]. *Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar*. Agriculturas. v. 8 - n. 3. Setembro de 2011.

_____. O programa de aquisição de alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. Disponível em <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/11/artigo-6.pdf>. Acesso em 01 de fevereiro de 2015.

MATTEI, Lauro. Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): percepções de atores sociais do estado de Santa Catarina. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/6/403.pdf>. Acesso em 01 de fevereiro de 2015.

MULLER, Ana Luíza. A construção de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: O caso do Programa de Aquisição de Alimentos. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul- Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2007.

NASCIMENTO NETO, M. P. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Lagoa Seca – PB [manuscrito]: análise das transformações vivenciadas na agricultura familiar. [Dissertação de mestrado]. UEPB – CCSA, 2012

SOUZA. J. R. M.. Resistência e recreação camponesa a partir do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Lagoa Seca-PB. [Dissertação de Mestrado]. João Pessoa: PPGG/UFPB, 2015.

VIEIRA, Deborah de F. A. VIANA, Carla A. dos S. O programa de aquisição de alimentos – PAA e sua relação com o modo de funcionamento da agricultura familiar. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/98d489686768a24d24fa7f0d.pdf>. Acesso em: 21 de janeiro de 2014.

WANDERLEY, M. N. B. Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.

ZIMMERMANN, S.A.; FERREIRA, A.P. *El programa de adquisición de alimentos de la agricultura familiar em Mirandiba-PE*. In: SCOTTO, G. Aun hay tiempo para el sol: pobrezas rurales y programas sociales. Rio de Janeiro: Action Aid, 2008.

Contato com o autor: Jamerson Raniere Monteiro de Souza <jamerson_raniere@hotmail.com>

Recebido em: 16/02/2018

Aprovado em: 22/07/2018

ⁱ Apesar do PNAE ter sido incluído como parte da política de aquisição de alimentos para a agricultura camponesa, inclusive ser um programa elogiado pela ONU, este estudo foca principalmente o PAA, por ser ao alvo principal de ataque do governo Temer.

ⁱⁱ Utilizaram-se os termos “atravessador” e “intermediários” como equivalentes, para designar os comerciantes que podem ser pessoas ou instituições que compram a mercadoria direta do produtor e a revendem para o consumidor final ou para outros estabelecimentos e que são bastante comuns no comércio da agricultura camponesa da maior parte dos municípios da Paraíba. Boa parte deles se aproveita da vantagem de obter um transporte de carga, o que facilita a sua locomoção para feiras e supermercados de outras cidades maiores.

ⁱⁱⁱ A parábola da vaca no precipício trata-se da conhecida história de que um sábio ao chegar em um sítio muito pobre, em que a família tinha apenas uma vaca que garantia o seu sustento, ordenou a um de seus discípulos que empurrasse o animal no precipício, afim de que no seu retorno encontrasse a localidade em melhores condições. Visto que a medida que a família perdeu a única fonte de sustento, precisou desenvolver novas habilidades para sobrevivência. Neste caso, não é preciso jogar a política de aquisição de alimentos no precipício, é preciso torna-la auxiliar de uma política maior de Reforma Agrária.

^{iv} Usou-se a palavra avanço entre aspas porque não se pode sonegar que o governo petista se mostrou profundamente contraditório ao tentar sustentar, durante todo o governo, o casamento calejado com os movimentos sociais, vestindo o boné do MST, por exemplo, em diversas ocasiões. E assim remediava os problemas com os paliativos anestésicos de políticas públicas assistencialistas para a manutenção de uma base de sustentação popular. Ao mesmo tempo, mantinha como amante o agronegócio, nomeando para o ministério da agricultura seus representantes ferrenhos, financiando através dos bancos estatais a roubalheira espúria dos grandes frigoríficos e vendendo o etanol e a manutenção da sua estrutura oligárquica para o mundo, com o discurso da energia limpa e sustentável, apenas para citar alguns exemplos. O governo só não contava que ao invés de ser amante, o agronegócio queria ser o esposo e a esposa e o/a amante simultaneamente e não daria o campesinato sequer o direito de ser a concubina.